



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

Atena
Editora
Ano 2019

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-452-8 DOI 10.22533/at.ed.528191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA E SUA INFLUÊNCIA EM RESIDÊNCIAS DE SANTO CRISTO/RS	
Tais Elisa Schmitt Cornelia Kudiess Graciele Hilda Welter	
DOI 10.22533/at.ed.5281910071	
CAPÍTULO 2	11
RESSIGNIFICAÇÃO DA LINGUAGEM COMPOSITIVA	
Rômulo Abraão Lima dos Santos Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5281910072	
CAPÍTULO 3	26
PERMANÊNCIAS E INOVAÇÕES TÉCNICAS E ORNAMENTAIS EM CASAS SENHORIAIS URBANAS CONSTRUÍDAS PELOS BARÕES DO CAFÉ EM CAMPINAS – SP	
Renata Baesso Pereira Ivone Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.5281910073	
CAPÍTULO 4	42
EXPERIMENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS COMO PROCESSO PROJETUAL E DE APRENDIZAGEM	
Sasquia Hizuru Obata Carolina de Rezende Maciel Milton Vilhena Granado Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.5281910074	
CAPÍTULO 5	59
REPENSANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO DA EDIFICAÇÃO ESCOLAR COM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.5281910075	
CAPÍTULO 6	71
CLASSE HOSPITALAR E BRINQUEDOTECA: PLANEJAMENTO NA INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA	
Joceline Costa de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5281910076	
CAPÍTULO 7	84
MÉTODO DE AVALIAÇÃO E ANÁLISE PARA REFORMAS EM UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS SEGUNDO PRIORIDADES DE EXECUÇÃO	
Carlos Eduardo Gomes Engelhardt Edison Luiz Leismann Ana Paula Vansan	
DOI 10.22533/at.ed.5281910077	

CAPÍTULO 8	96
EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NOS AMBIENTES DE SAÚDE	
Eleonora Coelho Zioni	
DOI 10.22533/at.ed.5281910078	
CAPÍTULO 9	107
ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE: OS “SELOS VERDES”	
Mônica Santos Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.5281910079	
CAPÍTULO 10	119
UMA ANÁLISE DIACRÔNICA DO TECIDO URBANO: O ESTUDO DE CASO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP	
Rafael Augusto Silva Ferreira	
Renata Baesso Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.52819100710	
CAPÍTULO 11	140
HETEROGENEIDADE DA FORMA DE UM SETOR URBANO NO DISTRITO DO TREMEMBÉ	
Adilson Costa Macedo	
Rodrigo Luz Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.52819100711	
CAPÍTULO 12	156
GOIÂNIA EM AGLOMERADOS: DESAJUSTES ENTRE O PLANEJADO E O CONCRETO	
Lídia Milhomem Pereira	
Ricardo Alexandrino Garcia	
Carlos Fernando Ferreira Lobo	
Paulo Eduardo Alves Borges da Silva	
Nayhara Freitas Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.52819100712	
CAPÍTULO 13	168
ENTRE CIDADE E CIDADANIAS: UMA REFLEXÃO SOBRE REFUGIADOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA ÓTICA TERRITORIAL	
Natália da Cunha Cidade	
Marize Bastos da Cunha	
João Guilherme Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52819100713	
CAPÍTULO 14	180
INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO: O TRATAMENTO DA QUESTÃO HABITACIONAL NAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS DA CIDADE DE SÃO PAULO/SP	
Aline de Lima Zuim	
Carolina Maria Pozzi de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.52819100714	

CAPÍTULO 15	196
TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: EVOLUÇÃO NORMATIVA E DESAFIOS	
Maria Gabriela Bessa Ruth Jurberg	
DOI 10.22533/at.ed.52819100715	
CAPÍTULO 16	208
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE PELAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE HABITAÇÃO: O CASO IZIDORA E A RESPOSTA DO PODER PÚBLICO	
Mariza Rios Renata Cristina Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.52819100716	
CAPÍTULO 17	226
A POBREZA INVISÍVEL	
Tales Lobosco	
DOI 10.22533/at.ed.52819100717	
SOBRE A ORGANIZADORA	240

UMA ANÁLISE DIACRÔNICA DO TECIDO URBANO: O ESTUDO DE CASO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP

Rafael Augusto Silva Ferreira

PUC Campinas, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Campinas – SP

Renata Baesso Pereira

PUC Campinas, professora titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Campinas – SP

RESUMO: O núcleo urbano de São José do Rio Pardo, localizado na porção nordeste do Estado de São Paulo, foi fundado em meados do século XIX, através da doação de uma parcela de terras de uma fazenda para um orago de devoção, formando o patrimônio religioso. Sua fundação integra uma rede urbana formada por outros municípios relacionados à uma rede de caminhos na fronteira entre as Províncias e depois Estados de São Paulo e Minas Gerais. O presente artigo tem por objetivo demonstrar a formação do tecido urbano do município de São José do Rio Pardo – SP, no recorte temporal 1865 – 1941, a partir da identificação de fontes primárias (textuais, cartográficas e iconográficas). O artigo reconstitui a morfogênese do tecido urbano, em sua relação com o território, identificando as rotas e caminhos que estruturam a ocupação da região, além dos aspectos fundiários que antecederam a criação do patrimônio religioso. Como método para a

compreender o crescimento do tecido urbano, utilizam-se fontes textuais e cartográficas, espacializadas por meio de métodos de georreferenciamento. O artigo contribui com uma discussão sobre métodos e ferramentas para análise do tecido urbano existente, através do cruzamento de fontes de caráter distinto, em bases cartográficas, ampliando a compreensão sobre os processos da formação territorial do nordeste do Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: morfogênese; tecido urbano; georreferenciamento.

ABSTRACT: The urban nucleus of São José do Rio Pardo, located in the northeastern portion of the State of São Paulo, was founded in the mid-nineteenth century, through the donation of a portion of land from a farm to an oracle of devotion, forming the religious heritage. Its foundation integrates an urban network formed by other municipalities related to a network of roads on the border between the Provinces and States of São Paulo and Minas Gerais. The present article intends to demonstrate the formation of the urban tissue of São José do Rio Pardo-SP, in the temporary clipping 1865 - 1941, defined from the identification of primary sources (textual, cartographic and iconographic). The article reconstructs the morphogenesis of the urban tissue, in its relation with the territory, identifying the routes that structured the

occupation of the region, as well as the land aspects that preceded the creation of the religious patrimony. As a method to understand the growth of the urban tissue, it uses textual and cartographic sources, spatialized by georeferencing methods. The article contributes with a discussion about methods and tools for analyzing the existing urban tissue, through the crossing of distinct character sources, on cartographic bases, broadening the understanding of the processes of territorial formation in the northeast of the State of São Paulo.

KEYWORDS: morphogenesis; urban tissue; GIS.

1 | INTRODUÇÃO

O núcleo urbano de São José do Rio Pardo-SP formou-se a partir da fundação da freguesia paulista de Caconde-SP, em 1775, na região de fronteira entre as Capitânicas e depois Províncias de São Paulo e Minas Gerais. A criação da freguesia em uma região de fronteira, evidencia a estratégia do Governo de São Paulo para garantir o controle de importante região de mineração, no século XVIII (CAMPANHOLE, 1979). O território onde se formaria o núcleo urbano de São José do Rio Pardo esteve, desse modo, estruturado por uma rede de caminhos em uma região de fronteira, onde as diversas freguesias e vilas criadas, desempenharam a função de definição dos limites administrativos. A data de fundação de São José do Rio Pardo, que também marca o início do recorte temporal do presente trabalho, é a data de doação de seu patrimônio religioso, em 1865, pertencendo ao termo da vila de Caconde, elevada à essa categoria em 1864. Já o fim do recorte temporal da pesquisa é o ano de 1941. A outra justificativa do recorte temporal, é a disponibilidade de fontes primárias.

O trabalho pretende demonstrar a utilização de ferramentas e métodos de análise do crescimento e desenvolvimento do tecido urbano, a partir da identificação de fontes documentais e suas possibilidades de espacialização em bases cartográficas, utilizando inclusive de métodos de georreferenciamento.

Utilizamos o conceito de tecido urbano definido por Philippe Panerai, como uma metáfora da tecelagem, uma imbricação entre vias, parcelamentos e edificações. O conceito designa um caráter de solidariedade entre partes individuais formativas de seu conjunto.

Aplicado à cidade, o termo 'tecido' evoca a continuidade e a renovação, a permanência e a variação. (...) Essa definição põe em evidência os elementos que permitem que as diferentes partes da cidade evoluam, ao mesmo tempo em que são mantidas a coesão de conjunto e a clareza de sua estrutura (PANERAI, 2014, pp. 77-78).

Os documentos primários de natureza textual, cartográfica e iconográfica, permitem uma apreciação dos aspectos físico-ambientais e a identificação de períodos morfológicos, procurando demonstrar as permanências no traçado urbano atual. A

abordagem impõe a necessidade, de um lado, da consideração do papel do suporte físico natural na modelação do traçado urbano e, de outro, da abordagem diacrônica da consolidação do tecido. Para Coelho (2014), a leitura da forma urbana, cristalizada em um momento específico da sua existência, permite apenas uma compreensão parcial, pois deixa de fora o tempo que se expressa na permanente evolução física do objeto, “tanto o tempo longo como no imediato” (COELHO, 2014, p. 33).

A leitura morfológica do espaço, possibilita a visualização do processo de ocupação territorial através das estruturas básicas (rotas, assentamentos, protonúcleos e núcleos urbanos), e produz um diagnóstico acerca das permanências no traçado urbano atual que permitem entrever o processo de ocupação territorial. A partir do referencial teórico adotado, nos propomos a utilizar métodos e ferramentas da morfologia urbana para definir a morfogênese do núcleo urbano, o modo de crescimento e as permanências desse processo identificadas na atualidade, construindo cartografias regressivas.

2 | MORFOGÊNESE DO TECIDO URBANO: ROTAS, ASSENTAMENTO E A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO.

Guerreiro (2002), em sua dissertação, definiu o processo típico de assentamento dos aglomerados urbanos portugueses, e sua relação com o sítio em que estão inseridos. Entre seus referenciais, estão os trabalhos de Gianfranco Caniggia, “que propõe uma leitura global do ambiente construído, nas suas diversas fases históricas e territoriais” (GUERREIRO, 2002, p. 57). Para a autora, há nesse caso, uma subordinação do homem à natureza.

O território, segundo Guerreiro (2002), é estruturado por linhas de festo (cumeeira) e talvegue, configurando a orografia. Ao agrupamento das linhas, tem-se formações como montanhas, cordilheiras, espigões, fundos de vale, etc., as quais condicionam as formas de circulação no território, mediante a abertura de caminhos que, por sua vez, são a primeira e mais importante estrutura no território, pois dão suporte às demais ocupações. Localizados em zonas de festo, talvegue ou meia encosta, o entroncamento dos caminhos define “pontos notáveis” do território (GUERREIRO, 2002, p. 74): centros de distribuição e dispersão. Costa & Netto (2015), argumentam que as rotas constituem a primeira estrutura urbana, que recebe as séries urbanas e que, quando cruzadas, originam nós e polaridades.

Recorremos à cartografia história para definir quais seriam as rotas que estruturaram a ocupação do território em que foi fundado o núcleo urbano de São José do Rio Pardo. Utilizou-se do mapa da Comarca do Rio das Mortes, de José Joaquim da Rocha, de 1777 (Fig. 1) como o ponto de partida na identificação dos caminhos e rotas que deram origem ao território de São José do Rio Pardo. O mapa foi o primeiro produzido sobre a Capitania de Minas Gerais e seus limites.



Figura 1: Mapa da Comarca do Rio das Mortes, de José Joaquim da Rocha, onde destacamos em vermelho as rotas que deram suporte à ocupação da região de fronteira entre São Paulo e Minas Gerais. No quadrado preto, localizamos o recorte do mapa apresentado na Fig. 2.

FONTE: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html, acesso em 29/05/2018.

A ocupação da região do Rio Pardo, na divisa das capitanias de São Paulo e Minas Gerais, deu-se a partir da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo (atual município de Caconde-SP), em uma rede de caminhos que ramificou-se do Caminho dos Goiaes, ainda na segunda metade do século XVIII, interligando-se com o território mineiro, através da freguesia mineira de Nossa Senhora da Assumpção de Cabo Verde (Fig. 2). A toponímia da localidade guarda a origem dos achados auríferos, localizados na barra do Rio Bom Sucesso com o Rio Pardo. Nessa região, foi instalado um registro e uma guarda militar, que faziam, respectivamente, o controle fiscal sobre o ouro e a defesa do território paulista. A localidade foi alvo de disputas territoriais entre as duas capitanias, e a criação de freguesias e vilas figurou como uma estratégia de ambos os governos para delinear a linha de fronteira. A temática foi detalhada na obra de Adriano Campanhole (1979).

O Caminho dos Goiaes foi uma estrada aberta na primeira década do século XVIII, como acesso às minas de ouro de Goiás. Dessa rota tronco, originou-se uma rede urbana, cujas derivações conectavam a capitania de Minas Gerais (REIS FILHO, 2014).

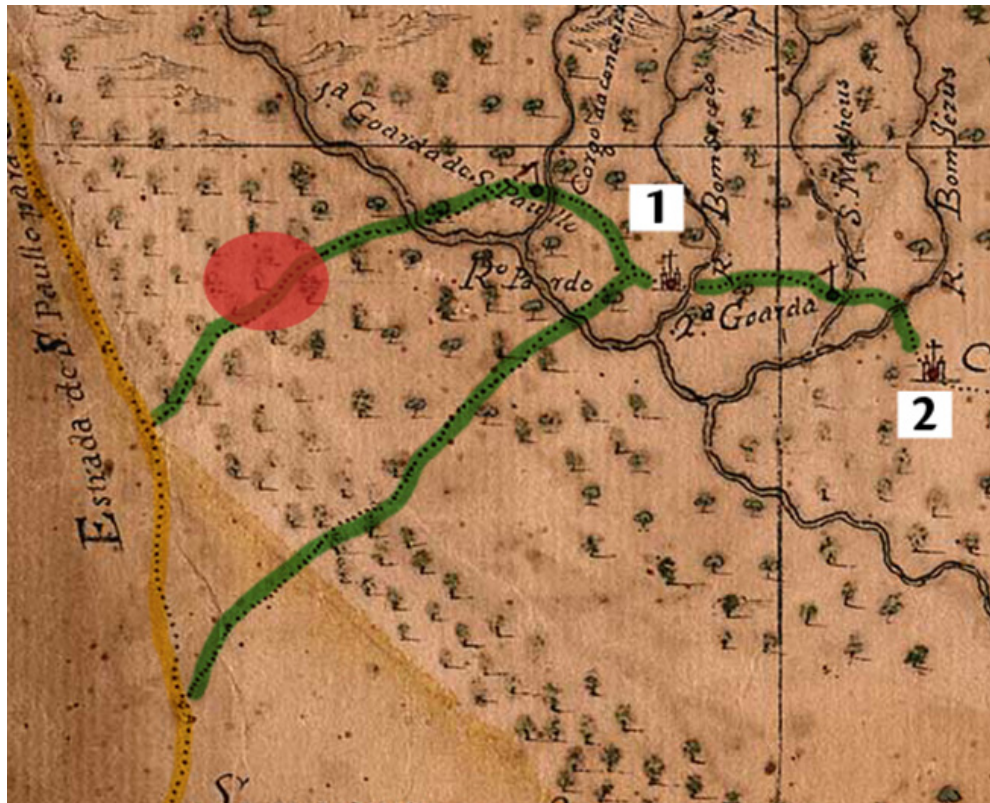


Figura 2: Recorte sobre o mapa de José Joaquim da Rocha (1777). Em amarelo, destacamos o Caminho dos Goiaes; em verde, as ramificações em direção à Capitania de Minas Gerais. O número 1 indica a freguesia paulista de N. Sr.ª da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo (atual Caconde), e o 2 a freguesia mineira de N. Sr.ª da Assumpção de Cabo Verde. Em vermelho, destacamos a região onde se formaria posteriormente o núcleo urbano de São José do Rio Pardo. Elaboração dos autores sobre original.

FONTE: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html, acesso em 29/05/2018

No mapa da Figura 2, identificamos dois caminhos partindo da altura dos rios Bom Sucesso e Conceição em direção à Estrada dos Goiaes. A presente pesquisa apresenta a tese de que estas são as rotas tronco que deram origem ao núcleo urbano de São José do Rio Pardo-SP e de que tais estruturas ainda podem ser reconhecidas no território em questão.

A permanência do traçado dos caminhos identificados no mapa de José Joaquim da Rocha, de 1777, pode ser observada no mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, de 1949 (Fig. 3). As rotas destacadas, conectando a freguesia de Caconde, fundada em 1775, com a Estrada dos Goiaes, formaram-se a partir da escolha dos locais de topografia favorável, e dos pontos onde a travessia dos rios existentes na região era possível. Os nós e polaridades, ao longo das rotas, deram origem a municípios a partir da doação de terras para a formação do patrimônio religioso. O mapa apresenta, ainda, outros núcleos urbanos formados ao longo das mesmas rotas mas que não constituem objeto do presente artigo.



Figura 3: Identificação dos caminhos do Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1777), em um mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, de 1949. Em azul, destacamos a hidrografia principal da região, presente no mapa anterior. Em vermelho, as rotas tronco que originaram os municípios: 1) Cabo Verde; 2) Caconde; 3) São José do Rio Pardo; 4) Espírito Santo do Rio do Peixe (atual Divinolândia-SP) e 5) São Sebastião da Gramma. O traçado atesta uma permanência de antigos caminhos em direção à Minas Gerais, que se ramificaram do Caminho dos Goiaes e hoje transformaram-se em rodovias interligando os atuais municípios.

FONTE: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Na formação dos núcleos urbanos coloniais brasileiros, a implantação de uma pequena ermida e seu posterior reconhecimento pela Igreja, demandava a observância de condições expressas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1719). A construção deveria se localizar em local elevado, livre de áreas alagadiças e pantanosas, não podendo ser ermo ou despovoado. A necessidade de se destacar o templo religioso na paisagem, era uma exigência para que a capela fosse consagrada, podendo então abrigar ofícios religiosos. A construção da capela necessitava do patrimônio doado e reconhecido pela Fábrica paroquial, sua administradora. Nesse sentido, a capela continha o patrimônio e não o oposto. As recomendações ainda ditavam a necessidade de deixar um adro livre, em torno da capela, para a circulação de procissões, o que acabava por ser uma condicionante do tecido urbano, na medida em que adro e capela estariam estruturados por uma via principal que, na escala do território, modelaria a expansão futura do tecido para além dos limites do patrimônio (MARX, 1991).

Outra condicionante era a presença de rios e córregos nas proximidades do patrimônio, por motivo de comodidade e funcionalidade futuras mas, também, pelo modo pelo qual a porção de terra era demarcada para doação: durante a Colônia usualmente em léguas em quadra e, com o Império, em alqueires, sempre usando como limites os cursos d'água em 'forquilha'. Justifica-se assim, a delimitação de patrimônios religiosos em fundos de vale.

O mapa (Figura 3) permite visualizar a relação territorial entre o local onde seria formado o núcleo urbano de São José do Rio Pardo-SP e o núcleo urbano de Caconde-SP. Este último, possuía um termo de grandes dimensões, de onde originaram-se outros núcleos urbanos. O processo de formação de um núcleo urbano, como bem indicou Murillo Marx, manifesta o rompimento com o sistema de concentração de terras por sesmarias, permitindo o acesso à terra por aqueles que não dispunham de tais privilégios; ao mesmo tempo que expressa a complementaridade, por meio da diversificação na atuação local das mesmas elites agrárias que viam, na fundação de novos núcleos urbanos, oportunidades diversas de controle da terra:

os toscos povoados (...), que parecem brotar 'naturalmente' da paisagem, não o fazem, na verdade. Sutilmente, rompem com o mundo rural, expressando, pequenos e espalhados por entre enormes domínios agrários, um outro processo social" (MARX, 1991, p. 26).

O campo disciplinar da Morfologia Urbana, apresenta ferramentas para melhor compreender esses processos. Costa & Netto (2015), apresentam a estruturação territorial segundo fases distintas. A primeira fase, corresponde às rotas que permitem o acesso e circulação no território. Nada existe sem o prévio estabelecimento de caminhos e trilhas. Identificamos essa fase em relação aos caminhos já elencados nas imagens anteriores (COSTA & NETTO, 2015, p. 202).

A segunda fase estruturante são os assentamentos, implantados com capacidade de mudar a estrutura natural do território. Eles são descritos como 'pousos', locais que serviam à uma dinâmica própria dos caminhos, de amparo a viagens diárias e, eventualmente, embriões de povoações. Relacionam-se, em nosso estudo, diretamente com a estratégia de conversão dos sertões em território pela Coroa, com a afirmação da posse da terra na região de fronteira das capitâneas de São Paulo e Minas Gerais e com a busca pelo ouro.

Para as autoras, a terceira fase corresponde à apropriação do território para uma atividade agrícola permanente, fase produtora capaz de transformar a ordem natural em produção artificial. A fazenda Laje, da qual se desmembra, em 1865, o patrimônio de São José corresponde então à essa terceira fase de ocupação do território, cuja natureza iremos explorar na sequência.

Destaca-se que as três fases iniciais correspondem ainda a uma ocupação nômade e somente a partir da fase de produção é que se viabiliza a fixação no território. Já a quarta fase, é caracterizada pela formação hierárquica de assentamentos, com a implementação de centros de atividades. Nessa fase, a ocupação deixa de ser nômade e passa a fixar-se, delineando progressivamente um protonúcleo ou um núcleo urbano (COSTA & NETTO, 2015, p. 203). Em termos gerais, corresponde à fase de consolidação do núcleo urbano, como um pequeno povoado formado a partir da doação de terras a um patrimônio religioso, que progressivamente vai afirmando sua hierarquia na rede urbana. Segundo Murilo Marx:

Os patrimônios constituíam porções de terra cedidas por um senhor, ou por vários vizinhos, para servir de moradia e de meio de subsistência a quem desejasse morar de forma gregária e voltada para certas atividades ou que tivesse, no fundo, outro tipo de relacionamento de trabalho ou de troca com os doadores. (...) Os patrimônios podiam ser religiosos ou leigos, tendo este último ganho importância e maior frequência nos últimos dois séculos, já sob um outro quadro imobiliário” (MARX, 1991, p. 38).

O patrimônio religioso de São José do Rio Pardo media 12 alqueires e foi doado por um grupo de fazendeiros – Antônio Marçal Nogueira de Barros, José Theodoro Nogueira de Noronha, João José de Souza, Cândido Faria e Cândido Miranda de Noronha – em 6 de fevereiro e 19 de junho de 1865, em regime de condomínio da Fazenda Cachoeira do Lajeado, depois denominada somente ‘Laje’. Localizamos no Cartório de Registro de Imóveis de São José do Rio Pardo a confirmação da doação do patrimônio. Em 1902, a Fábrica da Matriz de São José do Rio Pardo, responsável pela administração dos bens, registra em cartório de imóveis a doação de 1865:

Antiga Fazenda de café, hoje patrimônio de São José. Doze alqueires de terras nesta cidade, outrora pastos da fazenda Laje, e com seguinte demarcação: começa no Rio Pardo, em um rallo que começa no mesmo rio e por este acima a dobrar em córrego, até (...) dividindo com João José de Souza, até a porteira da cabeceira de uma lagoazinha, pela “aguinha” desta abaixo, até desembocar no córrego maior, até aqui dividindo com Joaquim Gomes Nogueira de Sá e Antônio Marçal Nogueira de Barros, por este córrego abaixo até a barra do córrego denominado “da Barra”, até aqui dividindo com os mesmos sócios até frontiar a olaria de Gabriel José de Souza e d’ali rumo até perder deste primário e desta demarcação (OFICIAL DE REGISTRO..., LIVRO A-ANTIGO, p. 78).

Espacializamos o patrimônio doado em um mapa georreferenciado atual – a partir de imagem em Google Earth –, demarcando 12 alqueires de terras (cerca de 290.000,00 m²), o que demonstrou a relação do patrimônio com a hidrografia, como forma de sua demarcação (Fig. 4). Ficou claro, também, que a demarcação descrita no registro em cartório não correspondia a 12 alqueires, quando espacializada em uma base atual. Esse fato mostra que o método cartorial de registro de terras no século XIX, a partir de referências da paisagem geográfica, incorria em erros nas medidas reais que, por sua vez, eram de difícil conhecimento.



Figura 4: Patrimônio doado a São José em 1865. Em vermelho, a espacialização do patrimônio, somando exatos doze alqueires (290.400,00 m²), sobre imagem de satélite de 2017. Em laranja a linha representando o trajeto da ferrovia e, em azul, o córrego que antes pertencia à fazenda Laje, de nome Macaúbas. Desenho do autor sobre original.

Fonte: Ferreira, 2017, P. 271.

3 | A EXPANSÃO DO TECIDO URBANO E SEUS PERÍODOS MORFOLÓGICOS

Para Panerai (2014), entender o processo de crescimento urbano pode nos oferecer uma apreensão global em uma perspectiva diacrônica, onde buscam-se identificar os pontos fixos das transformações anteriores, para assim identificar as lógicas do assentamento atual (PANERAI, 2014, p. 55). O método do autor consiste em interpretar o tecido edificado na busca por referenciais físicos das sucessivas transformações, que deixaram marcas de uma sedimentação histórica, assumindo que “estabelecer as relações entre os grandes traçados e o sistema viário principal, com os edifícios públicos revela a estrutura monumental e seu vínculo com o sítio” (PANERAI, 2014, p. 78). Esse é o método aplicado nos subitens seguintes, onde procedemos à espacialização da evolução do tecido urbano, ressaltando aspectos de seu processo formativo. A mesma abordagem encontra-se em Guerreiro (2002) – método tipológico territorial – cuja vantagem encontra-se na forma de estudo “cíclico”, onde pode-se saber, pela configuração atual, os estágios anteriores ou futuros do tecido urbano.

3.1 Primeiro período morfológico: a morfogênese

A morfogênese do tecido urbano de São José do Rio Pardo é configurada pela rota estruturante do território, a partir da qual sesmarias seriam demarcadas. O patrimônio, doado em 1865, tem, ao centro, sua capela em posição de promontório cuja delimitação é feita pelos rios circundantes (Fig. 5). Corresponde à quarta fase de estruturação no território, descrita no subitem anterior a partir de Costa e Netto (2015),

onde o patrimônio representa o rompimento de uma dinâmica rural preexistente. Assim, as quatro fases de estruturação do território, segundo Costa e Netto (2015), antecedem os períodos morfológicos que serão definidos nos subitens seguintes.

3.2 Segundo período morfológico: 1865 – 1905.

O segundo período morfológico define-se pela consolidação do traçado dentro dos limites do patrimônio religioso. O parcelamento das quadras deu-se a partir do largo da igreja, na cota mais alta, em direção aos fundos de vale. O arruamento inicial de São José do Rio Pardo foi, segundo Adriano Campanhole, proposto por Antônio Marçal Nogueira de Barros, em sessão da Câmara de Caconde em 7 de novembro de 1868. Nogueira de Barros havia sido um dos doadores do patrimônio de São José do Rio Pardo:

Foi proposto pelo Vereador Marçal que tendo ele, e outros, seus vizinhos, dado para um patrimônio a São José uma sorte de terras, aconteceu para esse lugar tem afluído algumas pessoas para morar, e para que aquele lugar que naturalmente deve se tornar uma povoação não fique arruado com grande defeito (...) o mesmo Vereador Marçal indicou que estava no caso de servir naquele lugar o cargo de fiscal o cidadão João de Deus Araújo Lasbínio, o qual deverá servir cumulativamente o cargo de arruador (CAMPANHOLE, 1979, p.527).

Para Guerreiro (2002), é possível estabelecer uma relação direta entre tipologia territorial e tipologia edificativa. Os caminhos e o parcelamento fundiário são exemplos de estruturas produzidas que guardam uma relação com o existente (GUERREIRO, 2002, p. 59). A quadrícula era o modo mais prático de execução do traçado urbano, pois o módulo básico do lote, e conseqüentemente da quadra, eram 'carimbados' conforme as necessidades e ajustados à topografia. No século XIX, a cidade tem seu solo estabelecido como mercadoria (GUIRARDELLO, 2010, p. 98) e a forma de parcelamento do solo transparece essa lógica. As novas vias, traçadas a partir das antigas rotas, estruturaram os espaços privados (datas e quadras) e os espaços públicos (largos, cemitérios e praças).

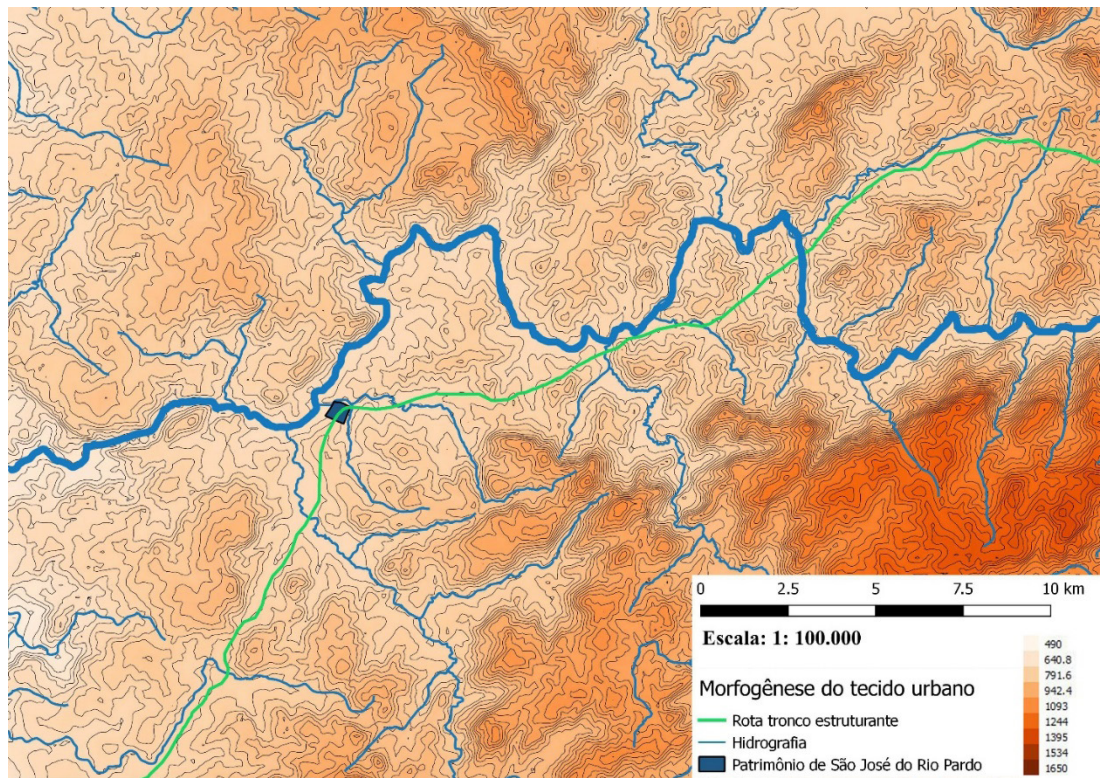


Figura 5: Mapa hipsométrico demonstrando a rota estruturante no território e sua relação com o patrimônio doado em 1865. Em destaque o Rio Pardo e os principais cursos d'água da região. A rota no território foi espacializada através da sobreposição do mapa representado na Fig. 2 sobre Google Earth e, posteriormente, georreferenciado em Qgis.

FONTE: elaboração pelos autores.

Neste período morfológico, São José do Rio Pardo passou de patrimônio (1865) – com a construção da capela em 1872, curada no mesmo ano – para freguesia em 1874 e foi elevada à vila em 1886. De acordo com Cassassola (2009), ao ser elevada à condição de vila, em 1886, São José do Rio Pardo contava com 4.225 habitantes, quatro praças – da Matriz, do Rosário, do Mercado e da Estação –, possuindo ainda cerca de 800 casas, sendo apenas 3 delas sobrados (TREVISAN apud CASSASSOLA, 2009, p. 52). O tecido, e conseqüentemente os espaços públicos, era modelado a partir das principais rotas e caminhos, assim como o primeiro cemitério, construído em 1878, na continuação da rua direita. Segundo o relatório do vigário de São José do Rio Pardo, feito em 1906,

(...) o cemitério continuou a servir a administração do Governo Municipal, que ordenou o seu fechamento no ano de 1885, fazendo construir novo cemitério na parte norte da cidade, na contravertente de uma colina que se eleva no alto do córrego nas Macahubas (CÚRIA..., Relatório de 1906, Fls.7).

O novo cemitério seria inaugurado em 1881, em uma região ainda não ocupada do tecido urbano. Como base cartográfica, adotamos o mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, folha de Casa Branca (1905) (Fig. 6), para espacializar o crescimento do tecido urbano, em relação à planta atual do município. Assim, definimos a ocupação urbana de 1905 sobre mapa hipsométrico georreferenciado

(Fig. 7), onde elencamos os espaços públicos do tecido urbano, e a constituição da ocupação das quadras. O caminho estruturante, ao adentrar o largo da igreja, origina a antiga rua direita, recorrente em todas as cidades do período colonial e imperial. Nessa figura, ainda podemos identificar que todos antigos caminhos que davam acesso ao patrimônio – um protonúcleo - estruturaram as principais ruas do tecido.

A ocupação não se deu de forma aleatória: mesmo na definição do patrimônio religioso quanto no reticulado das quadras e vias, os elementos naturais se fizeram presentes (rios, córregos e o micro relevo), estabelecendo uma implantação em promontório. Também com relação à expansão do tecido urbano, observa-se que as relações com as linhas estruturantes prevalecem. As linhas de cumeeira (festo) e fundo de vale (talvegue) hierarquizam um sistema de espaços públicos (largos, praças, edificações). A ferrovia Mogiana, que instalou seus trilhos em São José do Rio Pardo em 1887, também se apropriou das linhas de talvegue para implantar o leito ferroviário.

Segundo Carlos D. Coelho:

(...) a ocupação urbana nos locais de fundo do vale ocorre, prioritariamente, depois da estabilização de um assentamento inicial, quase sempre ribeirinho, a partir do qual se desenvolve a expansão do núcleo ao longo das vias de penetração no território, gradualmente apoiadas no percurso natural das linhas de água (COELHO, 2014, p. 48).



Figura 6: Recorte sobre o mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1905), com a identificação, na cor amarela, das rotas estruturantes e sua intersecção, configurando o núcleo urbano de São José do Rio Pardo. Intervenção dos autores sobre original.

FONTE: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Essa configuração fica clara quando observamos as linhas de expansão do

tecido urbano de São José do Rio Pardo-SP, seguindo os fundos de vale formados por rios (Fig. 6). Em um processo de “sedimentação no tempo” (COELHO, 2014, p. 52), o autor identifica as linhas de cumeeira, do ponto de vista teórico, como a morfogênese do tecido urbano de Lisboa. Em nosso objeto de estudo, estabelecemos a diferenciação em relação à escala de análise: no macro relevo, as “linhas estruturantes” (GUERREIRO, 2002, p. 50) localizam-se nos fundos de vale (talvegues), enquanto que, no micro relevo, percebemos as linhas estruturantes configuram-se em locais de cumeeada. Elas assumem, portanto, uma dupla natureza, alterando-se a escala da hipsometria considerada, e traduzem-se em um percurso estratégico de controle do território envolvente.

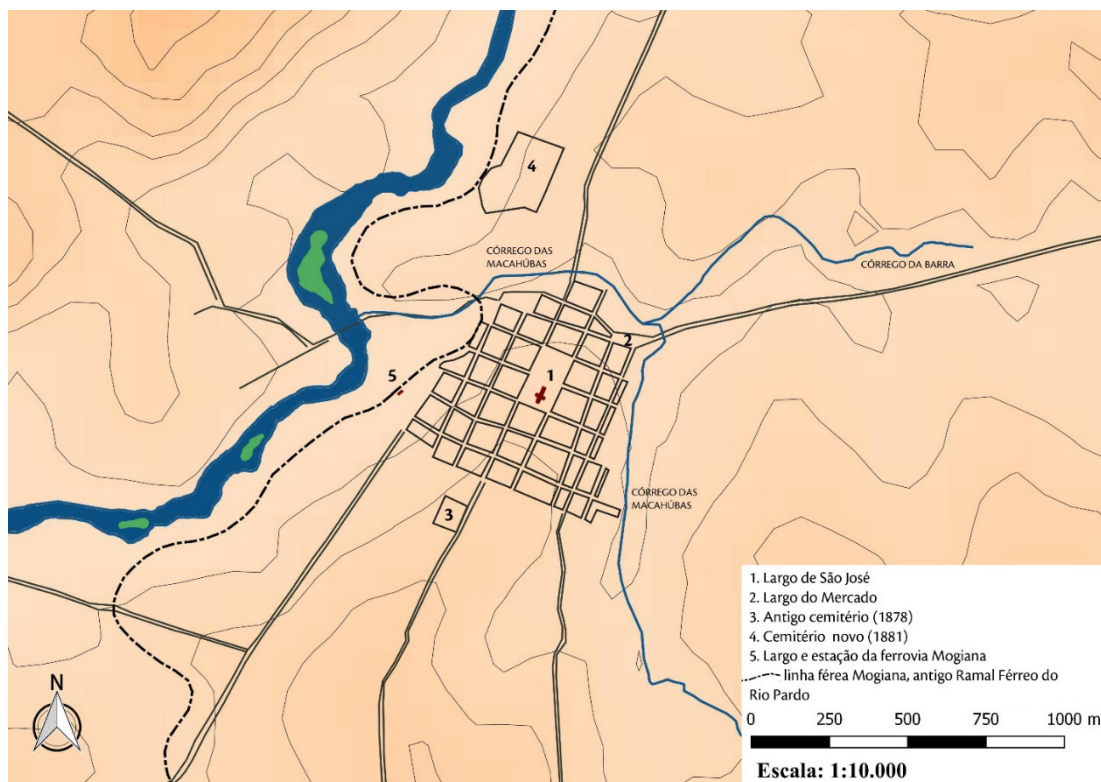


Figura 7: Reconstituição do tecido urbano em 1905. Georreferenciamento, a partir do parcelamento atual, sobre base hipsométrica em Qgis.

FONTE: Elaboração dos autores.

3.3 Terceiro período morfológico: 1905 – 1922

O terceiro período morfológico corresponde à expansão para fora dos limites do patrimônio doado em 1865. A transposição do Rio Pardo foi realizada pela construção de uma ponte metálica, inaugurada em 1897 por Arthur de Montmorency, e reconstruída a cargo do engenheiro Euclides da Cunha, em 1900. O Acesso permitiu a configuração de uma nova nucleação e uma diversificação do tecido, tema que exploraremos a seguir.

A expansão do tecido urbano em sentido oeste, transpondo o Rio Pardo, deu-se, segundo Rodolpho Del Guerra, do desmembramento da Fazenda Açudinho, com uma doação de terras para formar o patrimônio religioso. A criação desse patrimônio

ocorreu em 1915 (DEL GUERRA, 2002, p. 273), e deu origem ao bairro Santo Antônio, cuja igreja de mesmo nome implanta-se em promontório. A superação do obstáculo físico, representado pelo Rio Pardo, deu origem à uma deformação por ruptura do tecido (COELHO, 2014, p. 42), deslocando a malha reticulada de forma a adaptá-la à topografia, ao mesmo tempo que configurava novas rotas estruturais no território. Segundo o autor: “aqui os acidentes geográficos estão na origem das interrupções na aplicação da malha, produzindo elementos urbanos singulares que introduzem exceções no sistema de composição” (COELHO, 2014, p. 42).

Conceitos equivalentes são utilizados por Panerai (2014), que ao definir o crescimento contínuo (prolongamento do tecido existente) e descontínuo (rompimento do tecido existente), pontua uma série de elementos reguladores, entre eles a “barreira ao crescimento” (PANERAI, 2014, p. 67), um obstáculo geográfico (rio, relevo, floresta, tipo de solo, etc.). Esses elementos atuam tanto como indutores como bloqueadores do crescimento, a depender de seu papel: o Rio Pardo, depois de transposto, atuou com um referencial na malha como futuras expansões em ambos os lados; o tecido urbano também foi seccionado, pela passagem dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Estudar o processo de crescimento nos leva às marcas de antigos usos e, a partir disso, o significado dos espaços é revisto. Identificar antigos usos de barreiras e limites atuais ajuda-nos a compreender a razão de ser, a configuração do tecido. Logo, identificamos que, o trajeto da ferrovia, delineado em preto na Figura 8, ainda permanece como uma avenida de fluxo intenso, cujo percurso perimetral configura-se como um eixo.

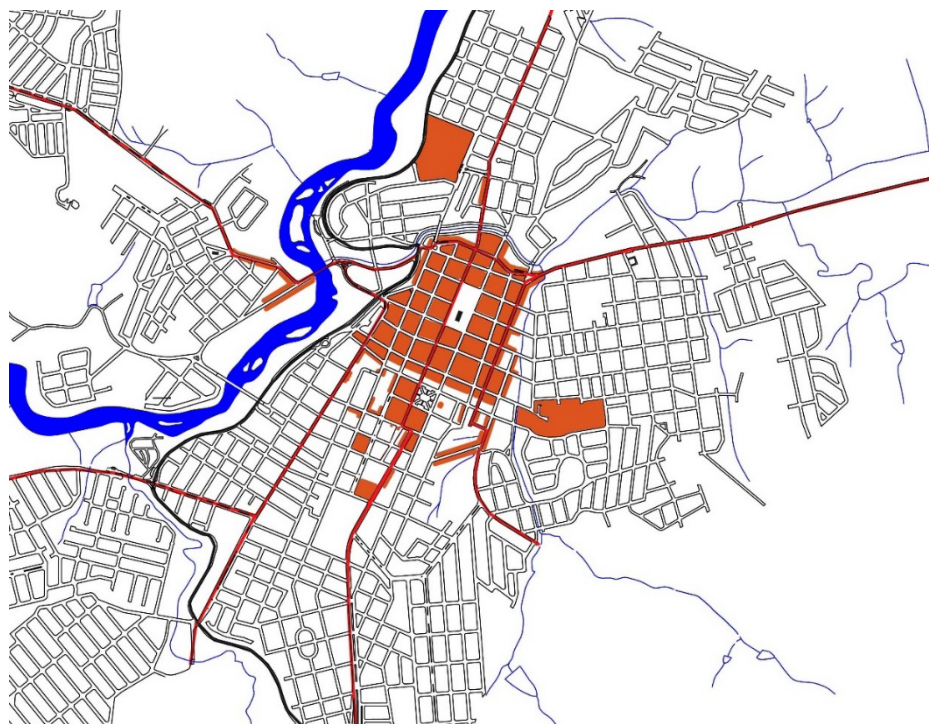


Figura 8: Tecido urbano de 1922 sobre mapa atual (2019). Em vermelho as rotas no território, hoje vias corredores e avenidas

FONTE: elaboração dos autores.

A construção do mapa anterior foi possível pelo cruzamento de fotografias aéreas

produzidas nos anos 1922 (Fig. 9), que retrataram o tecido urbano em processo de expansão. Espacializamos o tecido da década de 1920 sobre base cartográfica atual (2019) com o objetivo de facilitar a leitura da malha parcelar, uma vez que em algumas quadras tem-se uma ocupação em apenas alguns lotes.

Na imagem, observamos que o tecido urbano tem como eixos de expansão os antigos caminhos e rotas. Esse tipo de expansão dá-se sobre uma “faixa de pertencimento” (COSTA & NETO, 2015, p. 186), uma ocupação lindeira à rota matriz que estruturou inicialmente o território, onde pequenos pontos localizam-se ao fundo, na via de circulação que conecta São José do Rio Pardo a Caconde e à fronteira de Minas Gerais (ver Fig 9).

A atual rua Siqueira Campos foi o ponto de chegada a um antigo largo – Praça do Mercado – atualmente praça Prudente de Moraes. Ali, descansavam as tropas de bois e realizavam-se as feiras e o comércio (Fig. 10). De acordo com Nilson Ghirardello,

Outro provável local para as edificações privadas era o caminho que se dirigia a alguma cidade maior, ao sertão ou às fazendas mais importantes, essa via, que futuramente seria absorvida por uma rua, por causa do movimento, teria prioridade na escolha daqueles interessados por datas para as construções de cunho comercial. Em geral, tornava-se a primeira via nomeada, e a mais importante, num primeiro momento (GHIRARDELLO, 2010, p. 129).

Para o autor, o traçado das cidades paulistas de meados do século XIX difere das cidades coloniais pois sua matriz deriva da quadra:

(...) no momento em que a quadra, a partir da repetição do lote (ou data), define a malha, estabelece-se um ‘módulo-base’ para todo o arruamento, num procedimento novo e típico dessas cidades (GHIRARDELLO, 2010, p. 98).

No mapa da Figura 8, destacamos uma ocupação isolada, a leste do núcleo central, que não obedece à lógica da quadrícula e destoa do restante do tecido. Ali foi edificado entre 1915 e 1916, segundo Del Guerra (2001), o Asilo “Vila São Vicente”, em uma área de 41.000 m².

A implantação de áreas como essas, desmembradas de antigas fazendas em datas a serem vendidas, que não faziam parte do patrimônio doado em 1865, direcionaram o crescimento do tecido em sentido leste. Segundo Del Guerra, a porção leste do centro de São José do Rio Pardo foi loteada a partir da venda da fazenda da família Pereira da Silva, que limitava-se com o Córrego das Macaúbas, limite do antigo patrimônio.

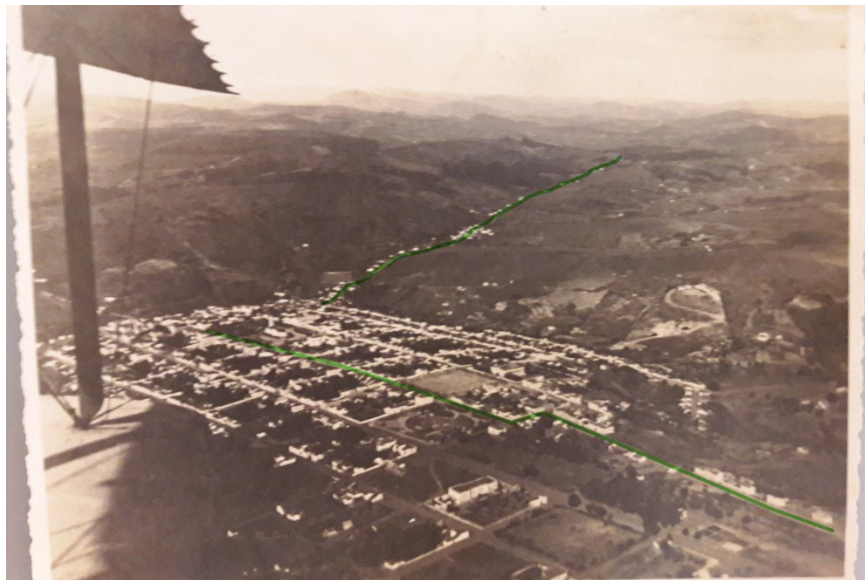


Figura 9: Foto aérea do início da década de 1920, representando o tecido urbano e sua relação com o território. Em verde, destacamos a rota estruturante que originou a povoação, a qual identificamos na cartografia histórica desde 1777.

Fonte: Centro de Memória Rio-pardense.



Figura 10: Foto do antigo Largo do Mercado, hoje Praça Prudente de Moraes.

Fonte: Centro de Memória Rio-pardense.

3.4 Quarto período morfológico: 1922-1941

O quarto período morfológico é definido pela expansão do tecido urbano de maneira descontínua, com a criação de novos polos. Essa expansão também encontrou impedimentos, como o obstáculo representado pelo córrego das Macaúbas, que direcionou, juntamente com a topografia, a mudança do traçado ortogonal.

Para Panerai (2014), a transposição de uma barreira pode resultar em várias

situações, entre elas a modificação e intervenção pontual: “ao redor dos locais de franqueamento, como portas, pontes ou cruzamentos. A ruptura subsiste: a relação entre os dois lados dá-se somente em certos níveis (por exemplo através de vias principais, enquanto as ruas secundárias não transpõem a barreira)” (PANERAI, 2014, p. 70). Esse processo é identificado a partir da análise do tecido urbano da década de 1940 (Fig. 11), usando, para isso, um mapa produzido em 1941 (Fig. 12), assim como fotografias aéreas (Fig. 13).

Na estruturação do tecido entre 1922-1940, novamente, as rotas ocuparam o papel de direcionamento dos equipamentos públicos urbanos. Ao analisar a malha de ocupação urbana, tanto na espacialização (Fig. 11), quanto na planta cadastral do município, elaborada pelo Estado de São Paulo (Fig. 12), nos detivemos na relação entre a ocupação inicial (1865), com a formação do protonúcleo e as rotas estruturantes do território. Podemos afirmar que o território apresenta papel decisivo na expansão do tecido, motivo pelo qual a porção sul do mesmo foi sendo ocupada nas “faixas de pertencimento” (COSTA & NETTO, 2015, p. 186) do caminho, ou seja, as faixas de alinhamento com as rotas.

A ocupação em sentido leste deu-se de forma pontual, localizando pontos esparsos relacionados a consolidação de novas nucleações.

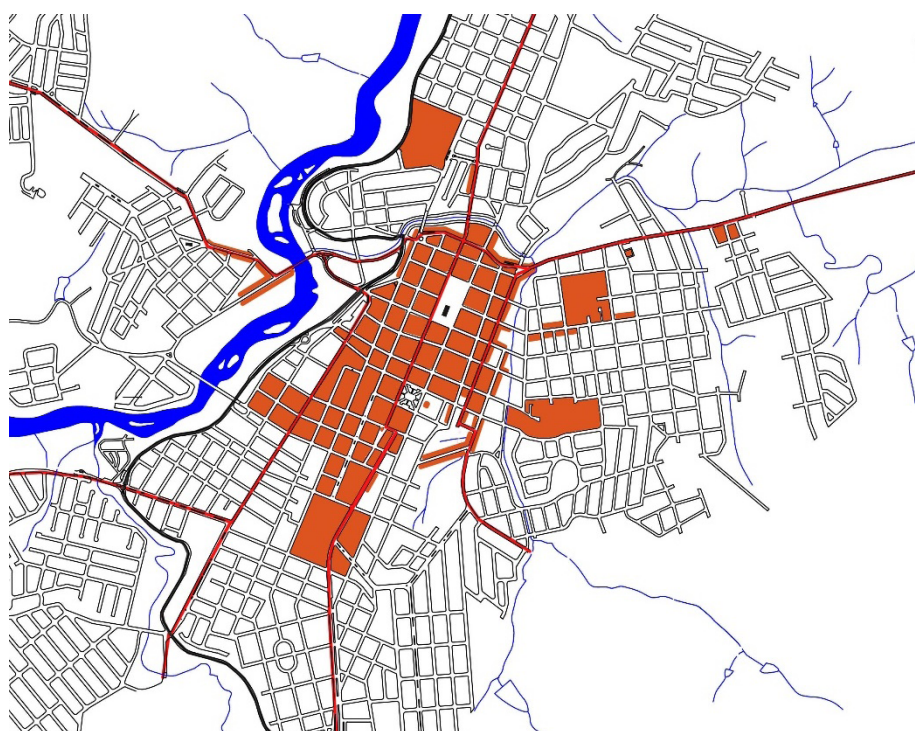


Figura 11: Tecido urbano de 1941 sobre mapa atual (2019). Em vermelho as rotas no território, hoje vias corredores e avenidas

FONTE: elaboração dos autores.



Figura 12: Mapa de São José do Rio Pardo, em 1941 (edição de 1950). Optamos por apresentar o mapa rotacionado, facilitando sua comparação com os mapas anterior. Destacamos os pontos: 1) 1º grupo escolar e mercado municipal (1924); 2) 2º grupo escolar; 3) caixas d'água; 4) Santa Casa de Misericórdia; 5) Asilo padre Euclides; 6) Igreja de São Roque; 7) Jardim de Euclides da Cunha e 8) Igreja de Santo Antônio. Em vermelho, destacamos as rotas estruturantes no território, e sua configuração no núcleo urbano. Intervenção dos autores sobre recorte do original.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

No mapa da Figura 12, elencamos os pontos correspondentes a novos espaços públicos e igrejas. O nº 1 indica o 1º Grupo Escolar e o Mercado Municipal. O 1º Grupo Escolar foi edificado por iniciativa de Antônio Cândido Rodrigues, que foi militar e político brasileiro, estando em 1905 ocupando o cargo de Secretário da Agricultura, quando do lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar. A inauguração do edifício deu-se em 22 de abril de 1908 (DEL GUERRA, 2001). O terreno à frente do Grupo Escolar seria ocupado pelo Mercado Municipal somente em 1924, ano do início de sua construção. O edifício foi inaugurado em 1926.

Com a edificação do mercado, trasladava-se o local de feiras e comércio da cidade, antes localizado em uma região de várzea, o que evidencia práticas higienistas. Novamente, as ocupações foram direcionadas pelos caminhos principais do tecido, antigas rotas estruturantes.

Nessa década ocorre, concomitantemente, a reforma da Estação Mogiana, no antigo Largo da Estação. A edificação havia sido ampliada em 1913, quando era ainda um sobrado, de dimensões reduzidas. Em 1927 a edificação foi demolida e deu lugar ao prédio atual, preservado em todas as suas características. Já o segundo grupo escolar (nº 2), foi construído entre 1938 e 1940, localizado em um alargamento de via (rota estruturante), praça Cap. Mário Rodrigues. De acordo com Ghirardello (2010), “a República se manifestará fisicamente no solo urbano através da construção, pelo governo estadual, de alguns edifícios relevantes, como o grupo escolar, o fórum e

a cadeia, caso a cidade fosse sede de comarca, sempre confiados a arquitetos de renome” (GHIRARDELLO, 2010, p. 213).

No caso de São José do Rio Pardo que destacava-se pela lavoura de café, as novas obras como grupos escolares e até mesmo as igrejas, incentivadas desde o início por particulares, eram tidas como símbolos de modernidade e progresso. Outras simbologias também deram nomes a espaços públicos, como o Parque da Independência (nº 3), inaugurado em 1922, onde foram construídos os primeiros tanques para armazenamento da água encanada da cidade. No nº 4, indicamos o edifício da Santa Casa de Misericórdia, depois hospital São Vicente, instalado em 1930. Todas as obras de construção de novas edificações foram patrocinadas por elites cafeeiras, que viam no solo urbano, um capital especulativo.

O nº 5 refere-se ao já citado Asilo Padre Euclides, edificado em 1916, ao passo que outra nucleação, mais a leste, foi configurada pela construção da Igreja de São Roque (nº 6), construída na década de 1930 e inaugurada somente em 1942. O nº 7 refere-se ao jardim público implantado no antigo canteiro de obras da ponte metálica, inaugurada em 1901 por Euclides da Cunha e que deu nome ao espaço público. O nº 8 indica a Igreja de Santo Antônio, implantada ainda nos anos 1915.



Figura 13: Foto aérea de São José do Rio Pardo, em 1939, tirada pela Empresa Nacional de Fotos Aéreas (ENFA).

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (IGC).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, demonstramos a morfogênese e o crescimento do tecido urbano de São José do Rio Pardo-SP, através da espacialização de documentação

primária e utilizando de ferramentas teórico metodológicas presentes em Panerai (2014), Costa & Netto (2015), Guerreiro (2002) e Coelho (2014) – crescimento do tecido, fases de formação, períodos morfológicos e estruturação territorial.

O estudo aponta para a permanência de antigas estruturas na paisagem atual (caminhos, rotas, limites e edificações) construindo uma imagem de sedimentação histórica, na qual as marcas do passado são lidas em estágios anteriores de mapas e plantas, ou pela reconstituição a partir de iconografia. Observamos também uma constante em relação à permanência de antigos caminhos, em detrimento das demais estruturas, o que também abre precedentes para estudos de conjunto sobre as cidades paulistas que formaram-se a partir da mesma rede urbana, indicando aspectos fundiários da morfogênese de seu tecido como método para compreender o crescimento urbano.

REFERÊNCIAS

Costa, Staël de Alvarenga P.; Netto, M. M. G. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2015.

Costa, Staël de Alvarenga P. et. al. (2017, Agosto). **O resgate da Morfologia Urbana de Bento Rodrigues**. Artigo apresentado 6ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, PNUM, UFES, Vitória (ES).

Cassassola, Luiz Antônio. **Família, capitalismo e modernização: um estudo de caso da família Dias de São José do Rio Pardo-SP (1870-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2009

Coelho, Carlos Dias (coord.). **Cadernos MURb – Os elementos urbanos**. Vol 1. Lisboa: Argumentum, 2014.

Cúria Metropolitana de São Paulo. **Relatório de 1906**. Pasta de São José do Rio Pardo-SP, 1906.

Del Guerra, Rodolpho José. **E as sementes florescem**. São José do Rio Pardo – SP, Graf-Center, 2001

Ferreira, Rafael Augusto Silva. **Entre fronteiras e conflitos: aspectos fundiários da formação do Sertão do Rio Pardo, 1775 – 1865**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo. Campinas, 2017.

Ghirardello, Nilson. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Guerreiro, Maria Rosália P. **O território e a edificação. O Papel do Suporte Físico e Natural na Gênese e Formação da Cidade Portuguesa**. ISCTE. Mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, 2002

Campanhole, Adriano. **Memória da Cidade de Caconde: freguesia antiga de N. S. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo**. São Paulo: A. Campanhole, 1979.

Marx, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São

Paulo, 1991.

Panerai, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora UNB, 2014.

Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Rio Pardo. **Livro A-antigo**. 300 folhas.

Reis Filho, Nestor Goulart. **O Caminho do Anhanguera**. São Paulo: Via das Artes, 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-452-8

